

Matheus Fernandes Manhães. Mestrando em História da Ciência, das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (HCTE-UFRJ). Bacharel em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da UFRJ (IE-UFRJ). Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA/IE-UFRJ): matheusfmanhaes@gmail.com Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/6634793759078996 ORCID: orcid.org/0009-0003-8604-9330

Patrick Leonardo da Silva de Oliveira. Doutorando em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (FE-UFF). Mestre em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da UFRJ (ESS-UFRJ). Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA/IE-UFRJ): patrickl007@hotmail.com. Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/3352448348885797. ORCID: orcid.org/0000-0003-3728-8709.

A crise da subjetividade: o romantismo e o seu debate de Lukács para Michael Löwy

Resumo: Neste trabalho, propomos uma discussão sobre a apropriação de Michael Löwy do debate de György Lukács sobre o “romantismo”, destacando as diferenças fundamentais entre ambos quanto ao tratamento do tema. Sem a pretensão de esgotar a temática, enfatizamos a distinção entre a possibilidade de uma “sociologia do romantismo” — motivação de Michael Löwy e de Robert Sayre — e a crítica histórica ao anticapitalismo romântico — motivação de György Lukács. Para tanto, privilegiamos as obras do autor húngaro das décadas de 1930 a 1950 e apresentamos o contexto de sua crítica à filosofia burguesa. Concluimos que uma defesa do romantismo, tal como desenvolvida por Löwy, só é possível com grande prejuízo ao teor crítico do pensamento do filósofo húngaro.

Palavras-chave: romantismo, György Lukács, Michael Löwy, modernidade, marxismo e história.

The crisis of subjectivity: Romanticism and Its Debate from Lukács to Michael Löwy

Abstract: In this paper, we propose a discussion on Michael Löwy’s appropriation of György Lukács’s debate on “romanticism,” highlighting the fundamental differences between

the two in their treatment of the subject. Without intending to exhaust the topic, we emphasize the distinction between the possibility of a “sociology of romanticism” — the motivation of Michael Löwy and Robert Sayre — and the historical critique of romantic anti-capitalism — the motivation of György Lukács. To this end, we focus on the Hungarian author’s works from the 1930s to the 1950s and present the context of his critique of bourgeois philosophy. We conclude that a defense of romanticism, as developed by Löwy, is only possible at the expense of the critical substance of the Hungarian philosopher’s thought.

Keywords: Romanticism, György Lukács, Michael Löwy, modernity, Marxism and history.

1. Anticapitalismo romântico ou “romantismo anticapitalista”? Uma introdução

A famosa crítica de Marx à inversão de “sujeito e predicado” na filosofia do direito de Hegel não se deu em função de um problema metodológico no interior de sua crítica do Estado, mas atendia ao problema *ontológico* simultaneamente pressuposto e produzido por tal inversão: “a condição torna-se o condicionado, o determinante torna-se o determinado, o produtor é posto como o produto de seu produto” (Marx, 2013a, p. 36-37). Não nos interessa retomar a discussão em torno da apropriação marxiana da lógica hegeliana, mas dizer simplesmente que para o pensamento dialético, o produto do pensamento é sim alterado pela ordem dos fatores.

Posicionando-se de modo muito particular no debate em torno do romantismo, Michael Löwy logrou, a partir da posição crítica de György Lukács, desdobrá-la valendo-se de uma ambiciosa inversão: não trata-se de discutir, como o húngaro, o anticapitalismo romântico, mas o “romantismo anticapitalista”. Sua intenção é reabilitar a sensibilidade romântica para a luta anticapitalista - a prejuízo, como buscaremos demonstrar, das mediações históricas apagadas por tal inversão.

Como informa-nos Fabio Mascaro Querido (2024), trata-se de uma polêmica que tem controvertido Michael Löwy no interior da apropriação brasileira de Lukács há mais de meio século. A atualidade da controvérsia se dá, porém, não apenas pela possibilidade de informar a discussão em torno de uma célebre referência militante como a de Löwy, mas pelo avanço contemporâneo de novas formas de irracionalismo, alimentando-se fartamente da velha posição romântica. Uma recente entrevista de John Bellamy Foster (2024) chama atenção para a atualidade, diante desse quadro, da obra de Lukács e de seu desdobramento original da

crítica marxiana ao romantismo. Se fomos habituados, pela formação mais corrente, a entender o romantismo como um movimento datado, no Brasil e na Europa, do século XIX, a posição marxista vale-se da crítica da economia política para entendê-lo como expressão, no plano das ideias, da luta de classes sob o capitalismo:

A conexão é um produto dos indivíduos. É um produto histórico [...]. O grau e a universalidade do desenvolvimento das capacidades em que *essa* individualidade se torna possível pressupõem justamente a produção sobre a base dos valores de troca, que, com a universalidade do estranhamento do indivíduo de si e dos outros, primeiro produz a universalidade e multilateralidade de suas relações e habilidades. Em estágios anteriores de desenvolvimento, o indivíduo singular aparece mais completo precisamente porque não elaborou ainda a plenitude de suas relações e não as pôs diante de si como poderes e relações sociais independentes dele. É tão ridículo ter nostalgia daquela plenitude original: da mesma forma, é ridícula a crença de que é preciso permanecer naquele completo esvaziamento. O ponto de vista burguês jamais foi além da oposição a tal visão romântica e, por isso, como legítima antítese, a visão romântica o acompanhará até seu bem-aventurado fim (Marx, 2011, p. 110).

Se aprofundarmos a posição marxiana, nos parece razoável dizer que o complexo da crítica romântica ao anticapitalismo remete à própria crise da subjetividade sob o capitalismo. Sensibilidades românticas são formas ideias de subjetividade que se confrontam com os problemas da reprodução do capital - no especial, a desintegração da comunidade - acabando por expressar uma posição irracional: retorno ao passado, retorno “às raízes”, como buscaremos discutir. Em suma, a própria crise da subjetividade se expressa na posição romântica, levando o debate em torno do romantismo a surgir como expressão teórica de uma legítima e profunda tensão. Com efeito, o difícil debate sobre os romantismos contemporâneos não pode prescindir da crítica marxista para ser superado.

Evidentemente, seria impossível, no escopo de um artigo, esgotar tal debate. Buscamos, portanto, enfatizar a distinção entre a possibilidade de uma “sociologia do romantismo” — motivação de Michael Löwy e de seu colega Robert Sayre, discutida na segunda seção — e a crítica histórica ao anticapitalismo romântico — motivação de György Lukács, discutida na terceira seção. Demonstramos, a partir de algumas obras do autor húngaro escritas entre as décadas de 1930 a 1950, no contexto de sua crítica à filosofia burguesa, como, para Lukács, a crítica histórica é a superação teórica da sensibilidade romântica. Contribuindo, em ambos os casos, para reforçar a originalidade da posição marxista em torno do romantismo, rememorando a riqueza histórica do pensar dialético.

2. O romantismo e uma introdução à sua sociologia para Michael Löwy e Robert Sayre

Informam-nos Lowy (2004) e Maria Elisa Cevalco (2007) que os estudos do autor franco-brasileiro quanto ao tema do romantismo teriam se intensificado após uma crítica dirigida por Raymond Williams, principal nome da crítica cultural marxista no Reino Unido, à *Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários: a evolução política de Lukács, 1909-1929*, obra de Löwy escrita no final dos anos de 1970. Segundo Cevalco, a obra reproduzia a perspectiva do Lukács maduro, desdenhoso de suas posições iniciais, questão que aparece no centro da crítica de Williams. Para este, a obra de Löwy traçava a trajetória de Lukács em termos de uma rota perigosa: “do romantismo ao bolchevismo”, ou seja, indicando “uma passagem do erro à verdade” (Williams, 2007, p. 53) no pensamento do autor húngaro.

Com efeito, ignoraria-se, argumenta Williams, como uma presença do romantismo em *História e Consciência de Classe* teria sido responsável por recuperar, para o marxismo, “elementos negligenciados em Marx” (Williams, 2007, p. 56). Posição endossada por Cevalco, que nota como “o socialismo tem dificuldade de lidar com a questão da liberdade”, com o tema da ecologia, e com “a discussão para valer de como devem ser os processos sociais reais de uma vida política efetivamente democrática” (Cevalco, 2007, p. 50). Três eixos de debate que o pensamento romântico poderia, a seu ver, oferecer um contributo aos intelectuais marxistas, tendo sido não à toa descartados pela União Soviética sob Stalin. Nesse sentido, a recusa do romantismo pelo Lukács maduro estaria também associada, na perspectiva do crítico britânico, à sua adesão ao stalinismo, e, portanto, seria um desdobramento do empobrecimento do horizonte de consciência do socialismo real - que, em suma, poderia em muito ter se beneficiado do pensamento romântico.

O teor deste debate já expressa muito da dificuldade no tratamento da ideia de “romantismo”. Aqui, ela indica tanto uma tradição de pensamento *em particular*, de expressão histórica precisa e bem delimitada, como a sensibilidade *em geral* que a produz, uma “estrutura de sentimento”, no célebre conceito de Williams, alimentada pela reação ao mundo capitalista. No primeiro caso, estaríamos falando daquela filosofia burguesa, por Cevalco (2007, p. 46) chamada “neo-romântica”, a que costuma-se imputar influência sobre o “jovem Lukács” e *História e consciência de classe*: o pensamento de Ferdinand Tönnies, de Georg Simmel e de Max Weber, para citar três. As obras desses três autores configurariam, por sua vez, uma *reação*, não necessariamente radical ou revolucionária, ao mundo

capitalista, sendo, portanto, expressões de uma determinada sensibilidade social entendida como romântica (o segundo caso). Michael Löwy juntar-se-á a outro discípulo de Lucien Goldmann, o também sociólogo Robert Sayre, para entender a configuração e a gênese de tal sensibilidade, pesquisa que encontra seu resultado mais bem acabado na obra *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade* (1992).

Nesta obra, os autores acabam por oferecer um conjunto de características comuns à “visão de mundo” romântica, que encontra a sua definição como: “*crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista, em nome de valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-moderno)*” (Löwy e Sayre, 2015, p. 38-39). Se o romantismo se define por sua reação ao *capitalismo*, suas características são descritas por Löwy e Sayre em termos de sua reação à *modernidade*, a saber: 1) o “desencantamento do mundo”, 2) a “quantificação do mundo”, 3) a “mecanização do mundo”, 4) a “abstração racionalista” e 5) a “dissolução dos vínculos sociais”. Por meio desta tipificação, argumentam, em síntese, que “a visão romântica constitui uma ‘autocrítica’ da modernidade” (Löwy e Sayre, 2015, p. 43), não sendo, portanto, um mero passadismo, uma tentativa impossível de retorno ao passado; mas a instrumentalização de um “passado” contra o “moderno”¹.

É interessante observar como a sensibilidade romântica é discutida, na posição de Michael Löwy e de Robert Sayre, nos termos de quem a expressou - Max Weber - e, portanto, *em seus próprios termos*. A primeira vista, um paradoxo, se não fossem as admitidas intenções que motivam a obra: a de tecer elementos teóricos para uma “sociologia do romantismo” (Löwy e Sayre, 2015, p. 85), para a qual o contributo de Weber lhes parece indispensável, e de efetivamente reabilitar politicamente a posição romântica para a práxis socialista. Quanto a esse segundo aspecto chegará a concluir: “sem nostalgia do passado, não pode existir sonho de futuro autêntico. Nesse sentido, *a utopia será romântica ou não será*” (Löwy e Sayre, 2015, p. 269). Quanto ao primeiro, traçam, para dar conta da amplitude de sua definição do termo, uma tipologia do romantismo - “trata-se, nesse caso, de ‘tipos ideais’ no sentido weberiano” (Löwy e Sayre, 2015, p. 85).

¹ É muito didática, nesta suma expositiva de Löwy e Sayre, a posição dos autores quanto ao romantismo que estaria, com Tönnies, na base da sociologia alemã. O romantismo seria, argumentam, a procura pela “comunidade” – no caso da obra de Tönnies, “família, vilarejo, cidadezinha tradicional”, “universo regido pela concórdia, pelos costumes, pela religião, pela ajuda mútua, pela Kultur [Cultura]” – contra a “sociedade”, “a cidade grande, o Estado nacional, a fábrica”, “conjunto movido pelo cálculo, pelo lucro, pela luta de todos contra todos, pela Zivilisation [Civilização] enquanto progresso técnico e industrial” (Löwy e Sayre, 2015, p. 99). Pouco importa se ela esteja radicada no passado histórico, num plano puramente ideal, no interior da subjetividade mais pura (ou, frequentemente, na relação das três coisas): a “comunidade” é, contra a crueza da realidade social contemporânea, o paraíso perdido, oferecendo denominador comum às posições românticas.

Assim, distinguem os romantismos, “grosso modo, da ‘direita para a ‘esquerda’ do espectro político”, entre: 1) restitutionista; 2) conservador; 3) fascista; 4) resignado; 5) reformador; 6) revolucionário e/ou utópico. No interior deste último, apresenta-se ainda os subtipos: i) jacobino-democrático; ii) populista; iii) socialista utópico-humanista; iv) libertário; v) marxista. Neste “anticapitalismo”, abrangente a ponto de comportar simultaneamente o fascismo e o marxismo, o segundo distinguiria-se do primeiro e dos demais pela ênfase dedicada aos problemas centrais da elaboração marxiana: “a luta de classes, o papel do proletariado como classe universal emancipadora, a possibilidade de utilizar as forças produtivas modernas em uma economia socialista etc.” (Löwy e Sayre, 2015, p. 113).

Não obstante a onipresença de Weber na exposição, é à obra de Lukács, como apresentamos, que Michael Löwy e Robert Sayre imputam a sua referência básica no tratamento da questão romântica:

nossa conceitualização do romantismo em particular inspira-se nas análises de Lukács, que foi o primeiro a relacionar explicitamente o romantismo com a oposição ao capitalismo (na expressão: “romantischer Antikapitalismus” [anticapitalismo romântico]). Mas o leitor notará uma evolução importante entre a concepção lukacsiana e a análise proposta aqui. Pois, para o filósofo húngaro, “romântico” é apenas um adjetivo que qualifica um tipo particular de anticapitalismo; *não remete nunca à questão da natureza do romantismo propriamente dito* [grifos nossos]. Ora, apoiando-nos em sua aproximação dos termos e, em certa medida, em suas análises do fenômeno, foi precisamente isso que quisemos tentar. Em um primeiro momento, simplesmente invertemos os termos: em um longo ensaio publicado há alguns anos, esboçamos um retrato do “romantismo anticapitalista” transformando o adjetivo em substantivo. Mas em seguida percebemos que essa expressão constitui um pleonasma em nossa perspectiva, porque, para nós, o romantismo é *por essência* anticapitalista; assim, na presente obra, tratamos do “romantismo” *tout court* (Löwy e Sayre, 2015, p. 35-36).

É no interior deste amplíssimo conceito de anticapitalismo e de “romantismo” - uma estrutura tipológica que cabe de Oswald Spengler a Marx, de Edward Hopper a Dickens, de Rousseau a Heidegger - que Löwy e Sayre logram reabilitá-lo. A sensibilidade romântica “é portadora de um impulso *anticapitalista*” (Löwy e Sayre, 2015, p. 41), por isso tornada, pelo autores, essencialmente anticapitalista, enquanto reação legítima à coisificação do mundo pela universalização do valor - tal qual reportada por Lukács em *História e consciência de classe*. Como é possível observar, Löwy parece ter acatado bem a crítica de Raymond Williams ao seu trabalho de juventude.

3. Elementos da crítica histórica de Lukács ao anticapitalismo romântico

Seria impossível, no escopo de um artigo, dar conta de todas as nuances da oposição de György Lukács à atitude romântica, marco do *itinerário de uma vida*, no dizer de Ester Vaisman (2022). Miguel Vedda, em prefácio da recente edição de *Goethe e seu tempo*, concorda:

A crença de que o jovem Lukács era defensor do romantismo e que mais tarde mudou de posição, após ingressar no comunismo, está difundida. Essa versão está muito longe da verdade: rigorosamente, Lukács nunca foi tão hostil ao romantismo como no início. O ensaio sobre Novalis é uma dura e contundente crítica contra a filosofia romântica da vida, e *A alma e as formas* é a obra de um pensador convencido de que o neoclassicismo oferece a resposta mais adequada aos dilemas estéticos do início do século XX e propõe enunciar uma dramaturgia inspirada no classicismo de Racine, Alfieri e do contemporâneo Paul Ernst e hostil ao modelo shakespeariano, que não apenas inspirou Lessing e o *Sturm und Drang*, mas, sobretudo, o drama romântico. *A teoria do romance* propõe uma afinidade essencial entre o romance (*roman*) e o romantismo (*Romantik*) para apresentar toda a era burguesa como uma época individualista cujo caráter decadente contrasta com a epopeia antiga (Homero) e medieval (Dante), assim como com a nova epopeia que parece brilhar na Rússia de Dostoiévski (Vedda, 2021, p. 21).

Novamente, encontramos-nos às voltas com o problema subjacente à própria ideia de romantismo e suas ambiguidades. Na feliz lembrança de Mauro Iasi (2023, p. 165) a Brecht, “a velha carne se come com novos garfos”, e as recusas de Lukács às suas obras passadas (por vezes quase imediatamente após sua publicação, caso de *A alma e as formas*) expressam o seu inconformismo diante de seu crescente reconhecimento da impossibilidade de tecer uma crítica ao romantismo burguês no interior de sua forma teórica, no caso, do idealismo e da sociologia alemãs. Como o autor húngaro registra em seu *Posfácio de 1967, História e consciência de classe* configurou, nesse contexto, precisamente a sua grande tentativa de, com a filosofia hegeliana e o conceito de “totalidade”, contrapor a radicalidade de Marx ao “caráter puramente contemplativo do pensamento burguês” (Lukács, 1974, p. 358).

A crítica de Lukács quanto à presença de “romantismo” na obra é, deve-se observar, precisa. A seu ver, seu tratamento da ideia de totalidade encaminhava para uma elevação do proletariado como sujeito-objeto idêntico da história, ou seja, para um “super-hegelianismo” e, com efeito, para uma realização messiânica da totalidade (Lukács, 1974, p. 363). Daí que Lukács desenvolve a sua autocrítica na perspectiva de que acabara por reproduzir, especialmente no que concerne a tal idealismo, em “elementos de anticapitalismo romântico”

(Lukács, 1974, p. 351). Não buscamos nos demorar nesta questão (desdobrada por um século de crítica à obra), apenas afirmar: há uma enorme diferença entre apontar, com o Lukács “maduro”, que tais elementos encontram-se inequivocamente presentes na obra, a reduzi-la a *romantismo, tout court*. Estaria assim fragilizado o rigor do conceito, o qual só pode ser derivado da contextualização de *História e consciência de classe*, inclusive à luz das obras anteriores e posteriores de Lukács.

Como buscou ilustrar José Paulo Netto (1978), os anos, para não dizer décadas, que se seguem à recepção de *História e consciência de classe* são marcados por sua reavaliação dos acertos e dos limites da tradição do pensamento burguês, tanto sobre sua formação individual (uma espécie de longa “autocrítica”, portanto), quanto como contribuição possível para o desenvolvimento de uma filosofia marxista e revolucionária. Não significa, como acabamos de notar, que sua crítica ao romantismo tenha se iniciado aqui, mas é a partir deste período que sua crítica ao pensamento burguês aparece frontalmente vinculada ao exame das contradições históricas que o produziram. São exemplos gerais deste período, que se estenderá pelas décadas de 1930 e de 1940, os monumentais *O Romance Histórico* (1937), balanço crítico à história burguesa dos gêneros literários (sendo, também, um profícuo estudo do medievalismo de Walter Scott), e *O Jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista* (1938), publicado apenas em 1948, como um acerto de contas com a herança hegeliana.

Este episódio do itinerário intelectual de Lukács produz suas conclusões mais marcantes em 1954, por ocasião da publicação de sua obra, não à toa, provavelmente mais polêmica, *A Destruição da Razão*². Do mesmo modo que seria a Inglaterra, o objeto da análise de Marx n’*O capital*, o caso “clássico” de reprodução do sistema capitalista, seria a Alemanha, alega Lukács, “o país ‘clássico’ do irracionalismo, o terreno em que ele se desdobrou de modo mais variado e mais completo, podendo ser estudado de modo mais profícuo” (Lukács, 2020, p. 35).

A comparação não é ocasional, pois o argumento de Lukács, ensaiado em *Marx e o problema da decadência ideológica* (1938), inspira-se diretamente nos juízos do alemão enquanto “historiador e crítico da economia clássica”, aquele que teria descoberto e escrito, pela primeira vez, a história de seu “nascimento” e de sua “decomposição” (Lukács, 2010, p. 51). Para Lukács, a crítica da economia política de Marx está baseada numa crítica da incapacidade intelectual da ciência burguesa de registrar as contradições que reproduzem o capitalismo. Nunca “incapacidade” no sentido cognitivo, a incapacidade teórica é, para Marx

² Para um aprofundamento quanto à polêmica, ver Tertulian (2021, p. 110-116) e Netto (1978, p. 57-68).

e Lukács, uma incapacidade política e científica: David Ricardo, o caso talvez mais referenciado de tal impasse, jamais poderia ter levado às últimas consequências o desenvolvimento de sua teoria do valor. Com isso, acabaria por cometer um “suicídio” de classe: reconhecer a exploração que está no fundamento da reprodução do valor.

O desenvolvimento da economia vulgar que se segue à economia política clássica, quando não a descarta inteiramente, trata de reduzi-la à mera apologia da reprodução capitalista, anulando-se, para isso, os seus elementos mais críticos, a teoria do valor-trabalho em particular (Lukács, 2020, p. 506). O pano de fundo é a ascensão definitiva da burguesia ao poder a partir dos anos de 1840, quando suas capacidades, nas palavras de Marx, “s’en vont”, desaparecem. Todo o seu juízo crítico, então mobilizado por ela contra o *Ancien Régime*, perde sua razão social de existência. Para Lukács, o mesmo poderia ser dito sobre Hegel, a expressão máxima da autoconsciência burguesa, que, do mesmo modo, será tornado o inimigo número um da filosofia burguesa. O desenrolar desta tendência é um “Fio de Ariadne” central à exposição de *A Destruição da Razão*, uma imersão à história desta guerra declarada, pela filosofia burguesa, ao pensar dialético. Na eloquente suma de Netto (1978, p. 13-14):

trata-se, para Lukács, de explorar a indicação marxiana — contida já na *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* — segundo a qual é na filosofia clássica alemã que se elabora o mais alto conhecimento filosófico próprio do mundo burguês. A crítica desta filosofia, portanto, é a crítica da reflexão privilegiada que traduz, no plano do pensamento, as categorias e as condições essenciais da sociedade capitalista. Mas não é só: a desintegração daquela filosofia, iniciada com a dissolução do hegelianismo, também é o indício cultural mais eloquente das rupturas que, antagonicamente, dilaceram a formação econômico-social capitalista. Daí que a história da filosofia contemporânea, no que tem de mais notável, seja focada por Lukács a partir da evolução pós-hegeliana da filosofia alemã.

Em síntese, *A Destruição da Razão*, na contramão das denúncias que a tornaram objeto de polêmica, pode ser lida também em termos de uma tentativa de relativa reabilitação, frequentemente muito direta, não apenas de Hegel, mas de autores tão díspares como Descartes, Vico, Espinosa, Kant, Diderot, Rousseau, Herder e Goethe - para citar alguns diretamente mencionados:

Hobbes e Locke, Helvétius e Holbach foram os representantes grandiosos e corajosos da filosofia burguesa do progresso. Decerto, é verdade que traduziram em sistema filosófico as ilusões a respeito do progresso; todavia, dado que essas ilusões eram historicamente necessárias, sua expressão

filosófica podia e devia conduzir à descoberta, numa forma profunda e genial, de momentos importantes do desenvolvimento histórico real. A defesa do progresso histórico realizado pelo capitalismo é inseparavelmente acompanhada, neles e em seus seguidores, por um corajoso desmascaramento de todas as contradições e horrores da sociedade burguesa que podiam perceber (Lukács, 2010, p. 59).

Este e tantos outros trechos expõem explicitamente a centralidade, para a posição de Lukács quanto à atitude romântica, de sua crítica histórico-materialista. Se, para o húngaro, “romântico” serve a “anticapitalismo” apenas enquanto *adjetivo* (como corretamente alegaram Löwy e Sayre), é porque deve ser avaliado precisamente enquanto *produto do estado de coisas da dinâmica capitalista*, ou seja, em termos relativos *às condições e do estado objetivo da luta anticapitalista tais quais se expressavam em sua época*. Dito de outro modo, a análise por meio da qual se torna possível inferir (ou não) o caráter romântico de um determinado anticapitalismo deve repousar sobre a investigação das circunstâncias históricas que o animam. Nunca esgotando-se na crítica do pensamento abstraído daquelas condições. Menos ainda se porventura ele estiver organizado no interior de uma tipologia.

3.1. Rousseau, aquele desconhecido? Sobre a oposição entre Romantismo e Esclarecimento

Como foi possível observar, tanto Löwy e Sayre como György Lukács desdobraram, no sentido de uma importante ampliação do debate quanto ao “romantismo”, a provocação de Marx, acabando por distanciar a tradição marxista das aceções mais correntes quanto ao termo. Na formação habitual, o romantismo é entendido do seguinte modo: um conjunto de manifestações artísticas, de especial força no plano literário, animadas direta ou indiretamente pela reação política contra o iluminismo, a Revolução Francesa, e o classicismo por ela apropriado (Carpeaux, 1981). Contra o universalismo racionalista e abstrato das Luzes, seriam características típicas da “sensibilidade romântica”:

- 1) abandono dos temas e do passado greco-romano, substituído pelo culto aos antepassados medievais (ou ameríndios, nas Américas) e, portanto, em defesa da história nacional, de seus povos, mitos e tradições; 2) valorização dos estados subjetivos da alma individual, que fazem da “sensibilidade” e das “paixões tormentosas” as pedras de toque da criação artística, exaltando os impulsos e as expressões líricas; 3) daí também a exploração de experiências místicas, misteriosas, noturnas ou fantásticas, as quais, em conjunto, também significam uma oposição ao racionalismo filosófico e iluminista; 4) evasão aventurosa para terras e culturas distantes, reais ou imaginárias, representada pela vertente antiutilitarista e antiburguesa; 5)

exaltação do “gênio”, isto é, da alma inquieta superexcitada de vida, aquela que, por sua originalidade e inspiração, evita o tédio e alcança o infinito [...] (Romantismo, 2003).

Com efeito, é praticamente impossível não encontrar uma obra dedicada ao tema do romantismo que não se encontre obrigada a discutir simultaneamente o pensamento iluminista: qualquer posição em relação à atitude romântica parece conduzir, mesmo que tacitamente, para uma tomada de posição em face da atitude esclarecida. Michael Löwy, Robert Sayre e György Lukács não fogem à regra, e suas formas de tratamento da controvérsia contribuem para tomarmos nota das proximidades e dos distanciamentos entre uma sociologia e uma crítica histórica do romantismo. Em todos esses casos, no centro do debate está a figura do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), a quem agora devemos nos deter.

Informa-nos Elias Thomé Saliba (2003) que foi Rousseau quem introduziu o vocábulo *romântico* na língua francesa - ou seja, no epicentro do debate iluminista -, o que certamente contribuiu para a polêmica. Já para Isaiah Berlin (2022), certamente o autor contemporâneo mais conhecido no debate em torno do romantismo, a posição esclarecida e a romântica são, por definição, mutuamente excludentes. Com efeito, Berlin não crê que o Rousseau “responsável pelas ideias de Robespierre” e pelo jacobinismo seja o mesmo de sua “conexão óbvia com o Romantismo”, o qual vincula-se como “um de seus pais” (Berlin, 2022, p. 29). Löwy e Sayre avançam nessa posição, recusando, porém, o axioma pelo qual romantismo e iluminismo são mutuamente excludentes, o que é suscitado pelos autores exatamente a partir da ideia de que Rousseau seria um caso exemplar de romantismo, ao mesmo tempo que um inequívoco cânone iluminista.

Na obra de Lukács, o iluminismo é sempre discutido em termos de suas contradições constitutivas, expressões do próprio conteúdo contraditório da revolução burguesa e de suas forças sociais em conflito. Nesse sentido, para o autor húngaro, Rousseau teria trazido, entre os iluministas franceses, uma “valiosa novidade”: “seu plebeísmo, a elaboração dialética incipiente das contradições da sociedade burguesa” (Lukács, 2021, p. 47). Aqui, Lukács parece seguir a posição de Marx quanto ao jacobinismo: “todo o Terror na França não foi nada mais do que uma maneira plebéia de acabar com os inimigos da burguesia, o absolutismo, o feudalismo e o espírito pequeno-burguês” (Marx, 1993, p. 55-56). Uma expressão do anticapitalismo incapaz, pela sua própria constituição plebeia, de levar às últimas consequências sua crítica à propriedade privada em sua forma histórica capitalista.

O pensamento de Rousseau seria, em suma, a expressão máxima do problema insolúvel do humanismo revolucionário burguês, de sua incapacidade de, como passou-se com David Ricardo, encontrar as relações sociais que se escondem sob a forma “enigmática” da mercadoria (Marx, 2017, p. 165-166). A crítica rousseuniana à propriedade privada em *A origem da desigualdade entre os homens* (1755) só pode ser desenvolvida, portanto, num sentido romântico, incapaz de ir à essência do fenômeno, de ser, na célebre acepção marxiana (Marx, 2013b, p. 157), radical.

Lukács identifica em Rousseau e em seu plebeísmo o substrato fundamental da incorporação do iluminismo francês na Alemanha. Incorporação que Isaiah Berlin considerou em termos de uma paternidade, e que Löwy e Sayre consideraram enquanto consequência de um romantismo, *tout court*, de Rousseau, o autor húngaro buscará entender a partir de uma análise de como a luta de classes no país de Goethe irá fazer avançar a contradição fundamental, há pouco exposta, do iluminismo francês.

Se na França “a consumação da revolução burguesa e o processo de constituição do Estado nacional são um único e mesmo processo” (Lukács, 2011, p. 37), o processo revolucionário-burguês alemão “colide com a desunião nacional e com uma fragmentação política e econômica cuja expressão cultural e ideológica é uma mercadoria importada da França” (Lukács, 2011, p. 37). Toda a legitimação do processo revolucionário burguês na Alemanha - em outras palavras, a força motriz de sua apropriação da reforma iluminista - deve, com efeito, depender de um *retorno à história alemã*, tanto na filosofia quanto na arte.

O classicismo alemão deve, portanto, contrapor-se ao universalismo abstrato das Luzes francesas - com quem mantêm aguda polêmica, inclusive enquanto expressão da resistência à ocupação napoleônica. Num movimento que “encontra sua primeira expressão teórica nos escritos de Herder” (Lukács, 2011, p. 37), a história enquanto tal é trazida ao centro da posição iluminista em torno da constituição da propriedade privada.

Se a historiografia do iluminismo buscava sua legitimação na Antiguidade, símbolo da racionalidade que deve contrapor-se ao mundo irracional da ordem feudal e eclesiástica, a historiografia alemã deve legitimar-se, contra o conservadorismo radicado no sem-número de Estados principescos que estorvam a fabricação democrática - em termos de uma autorrealização histórica *presente* da racionalidade burguesa. Um movimento que encontrará sua expressão mais desenvolvida na obra e no idealismo constitucional de Hegel (retomaremos, mais adiante, esse ponto).

Se lembrarmos do argumento de Lukács, há pouco exposto, em *Marx e o problema da decadência ideológica*, fica claro que o autor húngaro busca livrar autores como Hegel,

Goethe e Lessing, bem como todo o movimento do *Sturm und Drang*³, da pecha de “românticos” - ou, como se costuma também ler com frequência, “pré-românticos”. Esses autores representariam, na verdade, a elevação do pensamento iluminista para sua posição mais desenvolvida dentro dos limites do plebeísmo rousseauiano.

Um fato que, como demonstra vivamente o autor húngaro em sua introdução à *A Destruição da Razão*, passou a ser vivamente negado e combatido pela historiografia pós-revolucionária alemã. Como o medievalismo de Goethe passa a ser vertido - pelas forças reacionárias alemãs, crescentemente francófonas, ao longo do século XX (e começo do XXI) - em mera apologia da *cultura alemã*, e o vínculo entre Goethe e Rousseau é indisfarçável, surge, no ver de Lukács, o mito de que mesmo Rousseau seria um “ancestral do romantismo reacionário” (Lukács, 2021, p. 44).

A nosso ver, essas posições de Lukács quanto ao romantismo, escritas entre o final dos anos de 1930 e o começo dos anos de 1950, devem ser aqui também entendidas precisamente à luz de uma tentativa de fazer frente à mistificação nazista do passado alemão. Afinal, o país de Spengler é também o de Marx, e a “herança funesta da miséria alemã” (Lukács, 2020, p. 661) não deve encaminhar para um descarte apressado do que lá construiu-se de indispensável para a “construção de um futuro real” (Lukács, 2020, p. 662).

Concordando ou não com a posição de Lukács acerca do que haveria de romântico, por exemplo, no *Sturm und Drang*, o que buscamos demonstrar é que a posição de Lukács quanto ao anticapitalismo romântico é sempre um produto de uma precedente análise profícua das condições de possibilidade - que incluem a cinâmica histórica da luta de classes, naturalmente - que animam o desenvolvimento das ideias e sua hegemonização. Se o romantismo foi animado pela reação pós-revolucionária, então é histórica e mutuamente excludente ao iluminismo, o que só poderia ser negado sob o risco de ignorar-se, em benefício daquela, tudo o que de revolucionário esteve contido no movimento de suas contradições.

3.2. A favor da história: notas sobre Hegel “em meio ao esterco das contradições”

³ O *Sturm und Drang* foi um movimento literário e artístico alemão do final do século XVIII. O nome significa “Tempestade e Ímpeto”, o que indica bem seu espírito: uma valorização intensa das emoções e da subjetividade, da paixão, da rebeldia individual e da natureza, em reação à ordem e ao equilíbrio do classicismo. O romantismo alemão do século XIX valeu-se fortemente de ideais que, na visão de seus próceres, encontravam-se ensaiados no *Sturm und Drang*. Por isso, o movimento é frequentemente lido como pré-romântico ou mesmo romântico — um anacronismo reacionário, no argumento de Lukács.

Enigma aparentemente indecifrável, o fato romântico parece desafiar a análise, não somente porque sua exuberante diversidade resiste às tentativas de redução a um denominador comum, mas também e sobretudo por seu caráter fabulosamente contraditório, sua natureza de *coincidentia oppositorum*: ao mesmo tempo (ou alternadamente) revolucionário e contrarrevolucionário, individualista e comunitário, cosmopolita e nacionalista, realista e fantástico, retrógrado e utopista, revoltado e melancólico, democrático e aristocrático, ativista e contemplativo, republicano e monarquista, vermelho e branco, místico e sensual (Löwy e Sayre, 1995, p. 19).

Os argumentos centrais construídos por Lukács quanto ao desenvolvimento do iluminismo na França e na Alemanha são retomados nos capítulos iniciais de sua obra de maturidade, *Para uma ontologia do ser social*. Vimos, com a apropriação de Marx por Lukács, como a superação do plebeísmo rousseauiano consiste precisamente na crítica daquele *enigma aparentemente indecifrável*, para parafrasear o acima exposto, da forma-mercadoria. Na *Ontologia* - que, fora de nosso escopo, aqui será evocada de forma brevíssima - a questão aparece ainda mais límpida e sucinta.

Para o autor húngaro, o pensamento de Hegel deve ser entendido à luz de uma dupla limitação. É herdeiro do iluminismo, porque desdobra a onipotência ontológica da razão, porém num contexto onde ela está de partida “fora do lugar”, dado que a superação política do irracionalismo feudal não se realiza. “Esse tipo de realização da revolução confronta toda a Europa com o problema da sociedade burguesa em expansão”, diz Lukács (2018, p. 181-182), “em sua contraditoriedade imanente, numa nova realidade, em face da qual o reino iluminista da razão - enquanto centro do pensamento filosófico - necessariamente falharia de imediato”.

Diante desse estado de coisas, ao menos duas posições podem ser tomadas. A primeira, a de negar-se toda a relevância ontológica da razão, em nome de um irracionalismo que “denuncia a contraditoriedade da situação mundial presente e busca um caminho olhando para trás, para o passado entendido como terreno de uma harmonia supostamente verdadeira, ainda pré-contraditória” (Lukács, 2018, p. 182). É essa a posição romântica. A segunda, que Lukács identifica ao pensamento de Fichte, é a de ver, contra a brutalidade contraditória do presente, a realização da razão como uma imagem de um futuro pós-contraditório.

É precisamente contra tais posições que surge Hegel, logrando “demonstrar filosoficamente que o próprio presente é um reino da razão, o que forçosamente eleva a contradição à condição de categoria ontológica” (Lukács, 2018, p. 182) central da

racionalidade⁴. Citando Marx em suas *Teorias da mais-valia*, conclui o húngaro: “é preciso olhar para Hegel do mesmo modo como Marx olhou para Ricardo: ‘No mestre, o que é novo e significativo se desenvolve em meio ao ‘esterco’ das contradições, brotando vigorosamente dos fenômenos contraditórios’” (Lukács, 2018, p. 183).

Em poucas palavras, a posição histórico-dialética, em seu próprio fundamento, é, para Lukács, a superação daquela “*coincidentia oppositorum*” do romantismo — reportada tipologicamente por Michael Löwy e Robert Sayre. A necessária vinculação entre romantismo e irracionalismo, denunciada pelo húngaro da década de 1930 até sua obra madura (Lukács, 2018, p. 184), repousa precisamente sobre a noção de que a fuga para o passado, na essência da “sensibilidade romântica”, pressupõe a negação da razão histórica.

Para o pensar dialético, o tempo é irreversível: o futuro pressupõe que as contradições *presentes* sejam trazidas para o centro da razão e, com ela, superadas. A superação dialética das contradições internas do iluminismo francês, ensaiada por Hegel e consumada em Marx, aponta para a radical negação do mundo que o produziu: o mundo burguês. Posição obstaculizada pelo irracionalismo do romantismo, contra o qual se deve, com o autor húngaro, lembrar que “*o relativismo é pobreza, enquanto a dialética viva é riqueza*” (Lukács, 2010, p. 102, grifos nossos).

4. Contra a opção romântica: considerações finais

A análise que aqui desenvolvemos teve por objetivo expor as implicações teóricas e políticas da inversão levada a cabo por Michael Löwy e Robert Sayre, ao converterem a crítica lukacsiana ao anticapitalismo romântico em uma defesa de um “romantismo anticapitalista”. Ao tratar o romantismo como uma estrutura de sentimento atemporal,

⁴ Também Adorno, de conhecidas e marcantes discordâncias em relação ao pensamento do Lukács de *A Destruição da Razão*, reconhece em Hegel o mérito central de sua tentativa de superação das contradições românticas. O pensamento histórico-dialético é, por natureza e excelência, a superação histórica e filosófica do romantismo - ao menos como se expressava no final do século XVIII. É muito eloquente a exposição do frankfurtiano, para quem a “experiência que inspirou o pensar dialético enquanto tal” é senão a

experiência do dilaceramento [*Zerrissenheit*], tal como ela se encontrava no centro das preocupações em plena era do romantismo, a cujo período Hegel também pertence. E o específico na solução hegeliana para essa questão consiste em que ele não teve a tendência, em face desse dilaceramento, de adotar o ponto de vista limitado e unilateral do sujeito voltado para dentro de si; consiste em que ele também não tenciona, tal como tentou o classicismo, aplinar essa contraditoriedade, nem tampouco procurou, tal como o fez o Goethe tardio, entrar numa espécie de acordo com o dilaceramento. Ao contrário, dito de maneira bastante direta, Hegel agarrou o touro pelos chifres, isto é, conduziu o pensamento de que a reconciliação do mundo não pode suceder por meio de uma compensação que paire acima do caráter objetivamente contraditório do próprio mundo, mas apenas atravessando essa contraditoriedade (Adorno, 2002, p. 217).

passível de ser politicamente reaproveitada, Löwy rompe com o método histórico-dialético e abre espaço para um relativismo conceitual que o próprio Lukács, desde suas obras da década de 1930, buscou combater com firmeza.

O que está em jogo, portanto, não é a negação da sensibilidade ou da utopia, mas a afirmação de que a crítica revolucionária só pode operar a partir da análise concreta - histórica - das contradições sociais. Contra o apelo tentador à nostalgia, o pensamento de Lukács reafirma a necessidade de uma filosofia que, sem idealizar o passado, se comprometa com a construção de um futuro radicalmente novo. A sensibilidade romântica pode até servir de sintoma do “mal-estar na civilização”, mas não pode oferecer, senão a custo de um desvio teórico grave, com implicações políticas utópicas, reformistas e mesmo reacionárias, a chave de sua superação.

A crítica romântica do capitalismo aparece como uma falsa representação (e uma falsa solução, naturalmente) para os problemas mais imediatos da crise capitalista, em qualquer acepção. O estudo rigoroso de sua qualificação categorial constitui uma premissa teórica para a fundamentação de uma crítica às formas assumidas pela posição romântica em nosso tempo. Resta ao marxismo, diante do romantismo, não a tarefa de reencontrá-lo, mas de sepultá-lo com justiça — honrando seus impulsos, sem sucumbir às suas ilusões. O romantismo se esgota em seu próprio desejo de retorno; a crítica marxista, ao contrário, afirma o tempo histórico como campo aberto de contradições — e de possibilidades.

Referências bibliográficas

- ADORNO, T. W. *Introdução à Dialética*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- BERLIN, Isaiah. *As raízes do romantismo*. São Paulo: Fósforo, 2022.
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental*: volume 5. 2 ed. Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.
- CEVASCO, Maria Elise. Intelectuais e engajamento. In: JINKINGS, I.; PESCHANSKI, J. A. (org.). *As utopias de Michael Löwy*: reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FOSTER, John Bellamy. Das velhas às novas formas de irracionalismo: Entrevista de John Bellamy Foster sobre Georg Lukács e A destruição da razão, por Daniel Tutt. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 28 n. 2, pp. 558-573, jul-dez. 2024.
- IASI, Mauro Luis. Lukács: a ponte entre o passado e o futuro: In: NETTO, J. P. (org.) *História e consciência de classe: cem anos depois*: reflexões sobre o livro que mudou o pensamento crítico do século XX. São Paulo: Boitempo, 2023.
- LÖWY, Michael. Entrevista concedida a Ivana Jinkings e Emir Sader. *Margem Esquerda - Ensaios Marxistas*, n. 4, São Paulo, Boitempo, out. 2004, p. 14.
- LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia*: o romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LUKÁCS, György. *A Destruição da Razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

- LUKÁCS, György. A falsa e a autêntica ontologia de Hegel. in: *Para uma ontologia do ser social I*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LUKÁCS, György. *Goethe e seu tempo*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LUKÁCS, György. Posfácio de 1967. in: *História e consciência de classe: estudos de dialéctica marxista*. Publicações Escorpião: Lisboa, 1974.
- LUKÁCS, György. Marx e o problema da decadência ideológica. In: *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARX, Karl. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Ensaio, 1993. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/12/11.htm> Acesso 12 mar 2025.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, [1843] 2013a.
- MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel - Introdução. In: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, [1844] 2013b, p. 151-163.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- NETTO, José Paulo. *Lukács e a crítica da filosofia burguesa*. Seara Nova: Lisboa, 1978.
- QUERIDO, Fabio Mascaro. *Lugar periférico, ideias modernas: aos intelectuais paulistas as batatas*. São Paulo: Boitempo, 2024.
- ROMANTISMO (verbete). In: CUNHA, Newton. *DICIONÁRIO SESC: a linguagem da cultura*. São Paulo: Perspectiva: Sesc São Paulo, 2003.
- SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- TERTULIAN, Nicolas. György Lukács e o stalinismo. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 27, n. 1, p. 88-124, [1993] jan./jun. 2021.
- VAISMAN, Ester. Ainda sobre Lukács e o romantismo: algumas considerações sobre os passos do itinerário de uma vida. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 27 n. 2, pp. 1-38, mar. 2022.
- VEDDA, Miguel. Apresentação. In: LUKÁCS, György. *Goethe e seu tempo*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- WILLIAMS, Raymond. O que é anticapitalismo? In: JINKINGS, I.; PESCHANSKI, J. A. (org.). *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007.